

Bruxelas, 6 de março de 2026
(OR. en)

6939/26

CO EUR-PREP 11
POLGEN 54
ECOFIN 282
EMPL 53
SOC 128
COMPET 265
MI 201
ENV 186
IND 159

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Delegações

Assunto: Semestre Europeu de 2026 – Relatório de síntese

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência relativamente às conclusões adotadas pelo Conselho relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, ao Relatório Conjunto sobre o Emprego e à Recomendação sobre a política económica da área do euro. Os debates conexos do Conselho realizados em diferentes formações do Conselho sobre o Semestre Europeu de 2026, durante a primeira fase do ciclo, estão também refletidos no documento.

Contexto

Em 25 de novembro, a Comissão publicou o pacote de outono do Semestre Europeu para 2026, que inclui:

- o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta 2026¹, que visa facilitar a identificação precoce e a vigilância dos desequilíbrios, e que marcou o início do ciclo anual do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos;
- a recomendação de Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro (recomendação para a área do euro)² para 2026, que recomendava que os Estados-Membros da área do euro adotassem medidas a nível individual e a nível coletivo, no âmbito do Eurogrupo, centrando-se na garantia da **sustentabilidade orçamental**, criando simultaneamente margem para **investimentos essenciais**, nomeadamente na defesa e na competitividade, a par da melhoria da eficiência das finanças públicas e da conclusão dos planos de recuperação e resiliência;
- a recomendação de Recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia³ que apela aos Estados-Membros para que deem resposta à escassez de competências em setores estratégicos, reforcem as competências básicas, o ensino e a formação profissionais (EFP), melhorem os resultados do ensino superior nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), invistam na educação, na formação e nas competências, a fim de criar bases sólidas para uma maior produtividade, competitividade e soberania digital. Os Estados-Membros são igualmente convidados a melhorar e a utilizar melhor as informações sobre competências para facilitar as transições no mercado de trabalho. Esta foi a primeira vez que a Comissão apresentou uma recomendação deste tipo. Os Estados-Membros deverão empreender estas ações durante o período 2026-2027;
- a proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego⁴, que apresenta, anualmente, uma panorâmica dos principais desenvolvimentos sociais e em matéria de emprego na UE, bem como das ações dos Estados-Membros para implementar as Orientações para o Emprego.

¹ 16141/25

² 16145/25

³ 15278/25

⁴ 15277/25

Tal como em 2025, a Comissão não publicou a Análise Anual do Crescimento Sustentável (AACCS) para o ciclo de 2026.

Na ausência de uma AACCS, e a fim de dar cumprimento ao artigo 148.º, n.º 1, do TFUE, que exige que o Conselho Europeu proceda anualmente à avaliação da situação do emprego na União e adote conclusões nessa matéria, o Conselho deverá adotar conclusões sobre o Relatório Conjunto sobre o Emprego.

Em 20 de janeiro de 2026, o Conselho ECOFIN aprovou as **Conclusões relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026**⁵, nas quais afirma concordar com a avaliação global do documento no que se refere à evolução dos desequilíbrios macroeconómicos e aos riscos emergentes.

Nas conclusões sublinha-se a importância que o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos continua a ter para a deteção, prevenção e correção dos desequilíbrios que afetem ou sejam suscetíveis de afetar negativamente o bom funcionamento da economia de um Estado-Membro, da União Económica e Monetária ou da UE como um todo.

O Conselho apelou à continuação da aplicação eficaz e eficiente do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, a par do quadro de governação de governação económica reformado, integrado no Semestre Europeu. Os Estados-Membros são convidados a tomar medidas políticas atempadas destinadas a reduzir as vulnerabilidades macroeconómicas, nomeadamente por meio da execução de reformas e investimentos para dar resposta às recomendações específicas por país, no âmbito do Semestre Europeu, em particular as relacionadas com o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos.

O Conselho tomou igualmente nota da intenção da Comissão de elaborar análises aprofundadas para os sete Estados-Membros que foram identificados como registando desequilíbrios ou desequilíbrios excessivos na primavera de 2025. Em relação a quatro outros Estados-Membros, a Comissão concluiu que vários desenvolvimentos também merecem atenção, embora nesta fase não justifiquem uma apreciação aprofundada. Entre esses desenvolvimentos incluem-se, em particular, os aumentos acumulados dos preços ao longo dos últimos anos e o acentuado e constante aumento dos custos unitários do trabalho que pesam sobre a competitividade dos custos. Além disso, os aumentos rápidos dos preços da habitação e o crescimento do crédito exigem um acompanhamento rigoroso.

⁵ 5239/26

Em 17 de fevereiro de 2026, o Conselho ECOFIN aprovou também o projeto de **Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro 2026**⁶.

Estas recomendações para 2026 enfatizam a necessidade de **garantir a sustentabilidade orçamental, criando simultaneamente margem para investimentos essenciais**, nomeadamente em matéria de **defesa e de competitividade**, assim como de melhorar a eficiência das finanças públicas e de concluir os planos de recuperação e resiliência.

As recomendações salientam igualmente a **necessidade de dar prioridade ao investimento público e privado** na investigação e inovação, na descarbonização industrial, nas energias limpas e na transição digital, na segurança económica e na redução das dependências estratégicas em todas as cadeias de valor, destacando a importância de eliminar os obstáculos no mercado único, nomeadamente através da **simplificação regulamentar**.

As recomendações apelam ao **reforço dos mercados de trabalho** através do reforço das competências, da melhoria dos resultados escolares, do aumento da participação, do apoio à qualidade do emprego e do **combate à pobreza e da acessibilidade da habitação**, assegurando simultaneamente que o crescimento dos salários continue alinhado com a produtividade.

Por último, promovem a **criação de uma União Europeia da Poupança e dos Investimentos** e sublinham a necessidade de **fazer avançar o projeto do euro digital**, de reforçar o papel internacional do euro e de acompanhar os riscos macrofinanceiros.

⁶ 5732/26

Em 9 de março, o Conselho EPSCO adotou o **Relatório Conjunto sobre o Emprego 2026** e aprovou as conclusões nele baseadas, adotou a **Recomendação sobre o capital humano na União Europeia** e aprovou os aspetos sociais e de emprego do projeto de **Recomendação sobre a política económica da área do euro para 2026**.

No que diz respeito aos aspetos sociais e de emprego do projeto de **Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro**, os Estados-Membros alargaram a abrangência da definição de grupos sub-representados de modo a incluir os trabalhadores pouco qualificados, os migrantes e as pessoas com deficiência. Além disso, os Estados-Membros salientaram que as crianças merecem uma menção específica no que diz respeito à redução da pobreza, pois são afetadas de forma diferente e são necessárias medidas específicas para fazer face à sua situação. A questão subjacente é o risco de transmissão intergeracional da pobreza e da falta de competências. De modo a fomentar a competitividade, importa combater os estereótipos de género quando nos debruçamos sobre as CTEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

A **Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro** deverá ser adotada após a sua aprovação pelo Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2026.

Troca de pontos de vista

Em 1 de dezembro de 2025, o Conselho **EPSCO** procedeu a uma troca de pontos de vista no quadro do Semestre Europeu dedicada a «Promover a inclusão e a coesão sociais através de políticas sociais e de habitação coerentes». Quase todos os ministros salientaram a necessidade de o Conselho EPSCO desempenhar um papel importante no processo do Semestre Europeu e de se encontrar o equilíbrio certo na coordenação dos aspetos económicos, sociais e de emprego. Solicitaram um roteiro previsível e realista para o Semestre Europeu, que permita a preparação e participação adequadas do Conselho EPSCO.

A habitação foi considerada um elemento essencial de qualquer política em matéria de bem-estar. Para serem eficazes, as políticas de habitação devem ser acompanhadas da prestação de serviços básicos, de proteção social, de educação e de emprego. Uma condição prévia para a inclusão social de grupos específicos de pessoas, como os jovens, os sem-abrigo e as pessoas em situação vulnerável, é proporcionar-lhes uma habitação.

Em 11 de dezembro de 2025, o **Eurogrupo** fez o balanço da evolução macroeconómica mais recente e trocou pontos de vista com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre as políticas da área do euro.

Durante a reunião do Conselho **ECOFIN** de 12 de dezembro, os ministros analisaram o **Relatório sobre o Mecanismo de Alerta 2026** e trocaram ainda pontos de vista sobre o **projeto de recomendação para a área do euro**, que havia sido publicado nesse mesmo dia. Esta recomendação aborda questões fundamentais para o funcionamento da área do euro.

Em 9 de março de 2026, o Conselho **EPSCO** procedeu a uma troca de pontos de vista centrada na via da inovação para empregos de qualidade e na forma como a IA pode ser utilizada para reforçar o trabalho de qualidade e os direitos dos trabalhadores.

Reconhecendo a dimensão parlamentar do Semestre Europeu, a Presidência coorganizou com o Parlamento Europeu a Semana Parlamentar do Semestre Europeu de 2026 (23-24 de fevereiro de 2026) dedicada às orientações económicas, às escolhas orçamentais e às prioridades sociais da União.